



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

---

## LANÇAMENTO DO PROGRAMA NOSSA NATUREZA

Palácio do Planalto  
12 de outubro

---

O Presidente José Sarney lança o Programa Nossa Natureza. Entre outras medidas, estabelece a suspensão de incentivos fiscais para projetos pecuários na Amazônia e na Mata Atlântica e a proibição de exportação de madeira em toras com espessura acima de 76mm. O Programa Nossa Natureza origina-se das preocupações do Governo e da Sociedade brasileira a respeito da preservação do meio ambiente.

---

*8 de outubro — O Presidente Sarney recebe seu colega venezuelano, Jaime Lusinchi, para tratar de projetos bilaterais no Rio Trombetas. Em São Luís, onde almoçam o Presidente Sarney anuncia medidas em defesa do meio ambiente.*

*9 de outubro — O Presidente Jaime Lusinchi fica entusiasmado com a tecnologia de extração da bauxita aplicada pela mineração Rio do Norte, que inclui técnicas de reconstituição do solo.*

Lanço o Programa Nossa Natureza para conscientizar o próprio Governo e o povo do grave problema ecológico.

Como primeira providência, acabo de assinar decreto criando o Programa de Defesa do Complexo de Ecossiste-

---

ma da Amazônia Legal, destinado a estabelecer condições para utilização e preservação do meio ambiente e recursos naturais da Amazônia.

O programa agora lançado, coordenado pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, contará com a participação de todo o Governo Federal, além de estados, municípios, comunidade científica e entidades de proteção ambiental.

São os seus objetivos:

- conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;
- estruturar o sistema de proteção ambiental;
- promover a educação ambiental e a conscientização pública sobre a necessidade de conservação do meio ambiente na Amazônia Legal;
- disciplinar a ocupação e exploração racionais fundamentadas no ordenamento territorial;
- regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação do homem;
- proteger as comunidades indígenas e as populações dedicadas ao extrativismo.

Estão criados seis grupos de trabalho para estudar, propor, implementar medidas de proteção da cobertura florística, contenção dos riscos para o meio ambiente de substâncias químicas e processos inadequados de mineração, fortalecimento da estrutura governamental e das instituições de proteção ambiental, educação ambiental e conscientização pública, desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais renováveis e disciplinamento da ocupação e exploração da Amazônia Legal fundamentadas no ordenamento territorial.

Assinalo como um dos grandes avanços da nova Constituição brasileira os mandamentos dedicados à defesa do patrimônio natural e paisagístico e à causa indígena.

Decreto presidencial restringirá a concessão de incentivos fiscais do Fundo de Investimento da Amazônia a projetos que afetem o meio ambiente. Limitará a implantação de

---

projetos pecuários com incentivos e créditos oficiais e proibirá incentivos e créditos oficiais a projetos agropecuários na Mata Atlântica.

Mediante portaria ministerial hoje baixada, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Secretaria Especial do Meio Ambiente serão ouvidos, obrigatoriamente, nos processos de aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária, quando da destinação de terras devolutas para assentamento de agricultores e em todos os projetos de colonização particular submetidos ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Determinei ao Conselho Nacional do Comércio Exterior — CONCEX que elabore instrução normativa proibindo totalmente a exportação de madeiras em toras. Trata-se de medida indispensável à proteção ecológica e econômica da Região Amazônica, impedindo que o Brasil venha a se transformar em fornecedor mundial exclusivo de madeira bruta.

Há sensibilização crescente da sociedade brasileira contemporânea a grandes movimentos mundiais quanto à questão da preservação ambiental. Foi para mim motivo de surpresa e indignação constatar numerosos incêndios, que em poucos dias consumiram milhares de quilômetros da floresta Amazônica. Posso confessar mesmo que foi a luz vermelha a despertar no Presidente a consciência da necessidade de um programa mais abrangente, global e mais enérgico, o fato de o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ter monitorizado, num só dia, mais de 6 mil focos de incêndio no Brasil.

A cada dia consolida-se entre os brasileiros a consciência de que é fundamental preservar os sistemas ecológicos vitais à produção de alimentos, à saúde, à sobrevivência humana e ao desenvolvimento, tais como os sistemas agrícolas, sistemas costeiros e de água doce e as florestas nativas, em particular aquelas que protegem bacias ou abrigam espécies ameaçadas.

Queimas, desmatamentos, projetos agrícolas e pecuários de exploração extensiva, grandes garimpos e métodos predatórios de caça e pesca estão causando a rarefação de

---

espécies animais e vegetais e a destruição da cobertura florestal, empobrecendo ecossistemas em áreas onde são indispensáveis à proteção dos solos.

Desde o início deste século, o País vem adotando programas de colonização agrícola voltados para a ocupação dos trópicos úmidos. A construção de vias de acesso às terras da Amazônia e a implantação de atividades agropecuárias ao longo das rodovias Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, Brasília-Belem e Transamazônia configuram o roteiro dessa expansão rumo ao Norte.

A Amazônia, que abriga 75% das florestas brasileiras e 30% das florestas mundiais, começa a acusar os efeitos danosos de uma política de desenvolvimento interessada em desviar as pressões sociais presentes no Nordeste e no Centro-Sul.

Essas soluções conjunturais e paliativas hoje cobram um alto preço e nos convencem, definitivamente, de que a implantação desses projetos deve estar sempre condicionada a um rigoroso critério de preservação do meio ambiente.

Felizmente, o coração da Amazônia não foi atingido ainda pela ação predatória do homem. No entanto, observam-se os estigmas da degradação ambiental em grandes extensões dos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rondônia e Acre.

Essas marcas que os satélites acusam foram impressas pela voragem de grandes incêndios e pela ação predatória dos garimpos de ouro, sobretudo nas bacias dos Rios Madeira, Tapajós, Araguaia-Tocantins, Jari e Mucajáí. Em muitos desses rios, outrora piscosos, a pesca indiscriminada já ameaça a reposição natural das espécies.

Para reverter tão grave situação, impõe-se uma ordenação territorial que iremos estabelecer, capaz de conduzir as atividades econômicas para áreas com aptidões específicas e promover a integração do aproveitamento dos recursos naturais renováveis com os imperativos da proteção ambiental.

A mentalidade de que as riquezas naturais de nosso país eram inesgotáveis violenta a nossa realidade. A neces-

---

sidade imediata de ações efetivas, objetivando a proteção da floresta Amazônica, patrimônio nacional, com base na Constituição Federal, que atribui ao poder público a responsabilidade pelo direito de todos ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, levam o Governo a criar o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, inserido no amplo «Programa Nossa Natureza».

A nossa natureza de tantos recursos, de tantos sítios de extraordinária beleza, nossas matas, nossos rios, nossa fauna, nossa flora, todo o nosso patrimônio ecológico é um bem intangível que herdamos e que não podemos deixar que se degrade, se destrua. Devemos proteger para não perder.

A vontade política do Governo, que é expressão de uma consciência nacional, exige que neste instante seja adotada uma política nova, que coordene os instrumentos existentes, crie os que forem necessários e desencadeie ações para defender a ecologia e o meio ambiente.

Congregando esforços de todos os organismos e estimulando a participação dos diversos segmentos da sociedade brasileira, adota-se uma política nacional que procura a efetiva proteção do sistema ecológico amazônico sob um novo enfoque, em que o desenvolvimento respeita a nossa natureza.

Com o ingresso anual de um milhão e meio de jovens, a economia deve se expandir em proporção equivalente. Mas as conquistas da ciência e da técnica dão-nos hoje a possibilidade de conciliar uma produtividade crescente com a manutenção das condições propícias à vida das espécies em seu meio natural.

Ao proteger o patrimônio natural, estaremos resguardando não só o bem-estar dos brasileiros de hoje, mas garantimos a sobrevivência das gerações do futuro.

A toda hora os fatos nos lembram que não reinamos sobre a natureza de forma absolutista, como os conquistadores do passado reinavam sobre os povos dominados. Ao contrário, pertencemos à natureza com a nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro. No entanto, o homem, como

---

escreveu Lorenz «está destruindo pouco a pouco a natureza e devastando a biosfera na qual vive e da qual vive».

A eclosão de um traço crítico assinalando a irrupção da nossa espécie, que a distanciou das outras espécies, não significa que a humanidade saiu da natureza: tal ruptura jamais aconteceu.

A grande Floresta Amazônica, com seus ciclos de vida, morte e ressurreição, habitada por uma fauna e flora inumeráveis e mitos ancestrais, faz pensar na harmonia que existe entre a reflexão constante do homem sobre o sentido do universo e a natureza onde ele surgiu e onde continua a viver.

Como o grande antropólogo Lévi-Strauss, também acredito que só «aprenderemos a amar e respeitar melhor a natureza e os seres vivos que a povoam, compreendendo que, vegetais e animais, por mais humildes que sejam, além de fornecer a subsistência, foram para o homem, desde suas origens, a fonte de suas emoções estéticas mais intensas e (...) de suas primeiras e já profundas especulações».

Este é um dever indeclinável de nossa geração: utilizar nossos recursos de maneira não predatória e assegurar os direitos de nossa natureza, natureza do Brasil, patrimônio do povo brasileiro.

Aproveito este instante para dizer que, em 1972, em longo pronunciamento no Congresso Nacional, preocupava-me com esse grave problema. Dizia eu: «A aventura humana prosseguiu. Chegou até aos nossos dias com o desenvolvimento da tecnologia ao esplendor do tempo industrial. Nunca tantos viram em tão pouco tempo o mundo mudar tanto. O mundo encurtou e começamos uma era de uma civilização planetária. O mundo todo está dentro das nossas casas e a ciência aliada à técnica não conhece fronteiras para prosseguir nesse caminho fascinante de ampliar o nosso conhecimento a todo o universo. Mas, à proporção que avançamos nesse rumo, tomamos conhecimento de que todos somos prisioneiros de um pequeno planeta, que, também a velocidade extraordinária, caminha pelos espaços perdidos.

---

O homem que se julgava objeto da criação e fora da natureza começa a duvidar de sua primazia e, antes de salvar-se, ele sabe agora que precisa salvar a Terra. O que adiantaria o desenvolvimento, a vida em si mesma, se ela não vai mais ter espaço para existir?

Esta é a raiz de toda a dúvida que está levando as nações a pensar na natureza, não mais em termos somente de sua beleza, do usufruto de suas dádivas, de sua exploração. Mas, pensar na natureza em termos de que ela pode chefiar uma rebelião impossível contra o próprio homem, criando uma antiexistência.

É neste ponto fundamental que as nações mais jovens não podem lavar as mãos para assistir ao incêndio, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que, se a terra está doente, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é somente dos países subdesenvolvidos, mas também dos países em desenvolvimento, dos super-ricos, que, na ânsia de exploração, se comportaram em todo o mundo como pioneiros da ação predatória».

Quero também, ao finalizar, dizer que o Governo não tem, de nenhuma maneira, se descuidado desse problema até hoje. Ao contrário, posso dizer que, durante o período do meu Governo, nós já criamos 9 parques nacionais: Pari da Cachoeira I e Pari da Cachoeira II; Tarauacá I e Tarauacá II, Amazonas, Roraima, Macauã, Purus e Bom Futuro, num total de 6.327.185 hectares. Foram criados também os parques nacionais da Chapada da Diamantina, da Lagoa do Peixe, de Fernando de Noronha. O Projeto Pimaci I incluiu também a criação de parques Tainuini-Teuni, Sepatini, Acimã, Mamoriá e Curiá, totalizados em 7.343.185 hectares.

Quero também dizer que em áreas de proteção ambiental e estações ecológicas, foram criadas no meu Governo cerca de 8 destas estações, num total de 4 milhões de hectares.

No que se refere ao problema indígena, quero dizer que de 1910 até 1984 nós tínhamos 91 áreas indígenas, com uma superfície demarcada de 12.118.840 hectares. Durante o meu Governo, de 1985 a 1988, nós demarcamos 23.994.425 hectares de terras indígenas. Mais do dobro do



---

que todas as terras indígenas demarcadas na história do Brasil. Estamos prosseguindo a demarcação em mais 272 áreas, com um total de mais 46.430.898 hectares.

Assim, temos hoje no Brasil 82.544.163 hectares, o que corresponde a quase 10% do território nacional, como reserva indígena. Nos Estados Unidos, cada índio tem uma reserva de 20 hectares. No Brasil, nós temos hoje 200 hectares para cada indígena.

Na área yanomani, agora mesmo nós declaramos parque nacional e área indígena 8.200.000 hectares, o que significa quatro vezes o estado de Sergipe, para uma população de yanomani de 9.910 indígenas recenseado em 19 áreas, separados e protegidos por florestas nacionais que são o seu mundo.

Meu Governo vem demonstrando com fatos que não tem poupado esforços no campo da proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas:

- no período de 1910 a 1985, foram demarcados pouco mais de 12 milhões de hectares de terras indígenas;
- em nosso Governo, já estão demarcados ou em fase final de demarcação, mais de 37 milhões de hectares;
- na Amazônia, as áreas indígenas estão sendo envolvidas com Florestas Nacionais, representando verdadeiro cinturão verde de proteção a essas comunidades;
- somente a área Yanomani tem, entre reserva e floresta, 8 milhões e 200 mil hectares, o que representa quatro vezes o Estado de Sergipe;
- enquanto os Estados Unidos apresentam índice de cerca de 20 ha/índio, o Brasil já ostenta mais de 200ha/índio de terras efetivamente demarcadas;
- temos 29 Parques Nacionais e 15 Reservas Biológicas que totalizam 11,5 milhões de hectares, ou seja, 2% do território nacional;
- foram criados nos últimos três anos o Parque de Fernando de Noronha, a Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão, e novas Florestas Nacionais no Acre, Rondônia e Amazonas, duplicando a área existente no início do meu Governo.

---

Desta maneira, poderemos dizer que temos tratado a questão do meio ambiente e a questão indígena também de uma maneira prioritária, sem alardes, e acredito que estes números causem um certo espanto e uma certa surpresa a toda a Nação aqui colocados na sua realidade.

Eu não queria terminar esta solenidade sem dizer que o governo tem responsabilidades, vai cumprir com as suas responsabilidades. Mas o problema de meio ambiente, o problema ecológico, ele não é o problema de um governo nem do governo; ele é um problema de consciência nacional. Enquanto no Brasil inteiro todos nós não tivermos uma consciência de que devemos defender a nossa natureza; Se dentro de cada homem e de cada mulher não existir o sentimento de que ele é um passageiro dessa aventura humana e que tem o dever de resguardar para o futuro a terra onde ele tem os olhos e os pés, nós não caminharemos para alcançar os objetivos de proteger este grande Brasil, para que ele seja legado ao futuro com toda a sua força, toda a força da nossa natureza. Que se crie no Brasil inteiro, em cada município, em cada localidade, um conjunto, um clube, um número menor, um que seja, dois, três, quatro pessoas que conscientizem a população que defendam, que tenham consciência do que deve ser a preservação da natureza e que tenham amor pelo meio ambiente e pela necessidade que todos nós temos de preservar a nossa natureza, a natureza do nosso querido Brasil.